

## **PROJETO DE LEI Nº 134/2021**

**Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a conceder o benefício de férias-prêmio a cada 5 anos.**

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo a concederem o direito de férias-prêmio a cada 5 (cinco) anos.

**Art. 2º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Executivo Municipal e do Poder Legislativo.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 21 de junho de 2021.

**Márcia Cristina Silva Santos**  
Vereadora- Patriota

### **Justificativa**

A proposta de lei apenas visa diminuir o tempo da requisição do benefício, o que contribui para o servidor. Sendo que inclusive o estado já o faz de acordo com a O art. 31, § 4º, da [Constituição do Estado de Minas Gerais](#) estabelece que serão concedidas ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo e função pública, férias prêmio com duração de três meses, a cada cinco anos de efetivo exercício no serviço público do Estado de Minas Gerais. Nesse período, o trabalhador do setor público que não possui fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) ou seguro-desemprego continua a receber a remuneração do cargo, sem perda da contagem de tempo.

Por essas razões, ante o exposto e tendo em vista a relevância para os servidores peço aos nobres vereadores apreciação e aprovação desse projeto de lei.

Itaúna, 21 de junho de 2021.

**Márcia Cristina Silva Santos**

Vereadora- Patriota

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
RELATÓRIO**

**AO PROJETO DE LEI Nº 134/2021**

**Silvano Gomes Pinheiro**

*Presidente da C.C.J*

Ao analisar o Projeto em comento, buscando consolidar o nosso entendimento com relação a matéria em apreço, encaminhamos à Procuradoria desta Casa para que se pronunciasse com referência a legalidade da matéria.

Pode-se observar no Parecer de número 50/2021 de folhas 05 a 14, exarado pela Procuradoria e que vai a colação, o **Projeto de Lei Nº 134/2021** de autoria da Edil Márcia Cristina Silva Santos, que ***Fica os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a conceder o benefício de férias-prêmio a cada 5 anos***, hodiernamente a doutrina jurídica e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não reconhecem a constitucionalidade de uma lei gerada por “proposição autorizativa”. Tais proposições, e as leis delas geradas, são manifestantes inconstitucionais.

**VOTO DO RELATOR**

Nesta esteira, o presente Projeto de Lei não atende as exigências técnicas, legais e constitucionais pertinentes, acompanho parecer técnico, apesar de meramente opinativo, é pela **INADMISSIBILIDADE, PELA ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSIÇÃO, com base no artigo nº 41, OPTA PELO PARECER TERMINATIVO, e com base no artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Itaúna, compete privativamente a Mesa Diretora, entre outras atribuições.**

***Silvano Gomes Pinheiro***

*Presidente/Relator*

**Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.**

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

***Joselito Gonçalves Moraes***

*Vice-Presidente*

***Nesvalcir Gonçalves Silva Jr.***

*Membro*